

**CONSEMA**  
**Comissão Temática Processante e de Normatização**

Relatório final sobre representação em face do Conselheiro Carlos Alberto H. Bocuhy

**1. RELATÓRIO**

Os autos iniciam-se com a Representação da sociedade CENTRAL DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS OÁSIS, endereçada ao Presidente do CONSEMA, datada e apresentada em 03/10/2008, acostada às fls. 3/17. A referida sociedade é responsável pelo empreendimento de implantação do aterro sanitário "Centro de Tratamento de Resíduos Oásis", no Município de Piracicaba, tendo sido levado o correspondente Plano de Trabalho do licenciamento ambiental ao CONSEMA, para "análise, críticas e sugestões".

Na representação, a sociedade arguiu a suspeição do Conselheiro Carlos Bocuhy, cuja conduta entende expressar parcialidade, animosidade pessoal em relação à Representante e subjetividade, atribuindo a Carlos Bocuhy prejulgamento negativo sobre o licenciamento e o empreendimento em questão. Também, na oportunidade, invocou que, quando da análise do Plano de Trabalho, aquele exigiu comprovações que somente poderiam ocorrer na fase do EIA/RIMA, rigor não cabível ao momento. E, finalmente, ressaltou que o Conselheiro atuou de forma diversa em procedimento análogo ao instaurado pela Representante, não possuindo a isenção de juízo necessária para atuar no julgamento de seu pedido de concessão de licença ambiental.

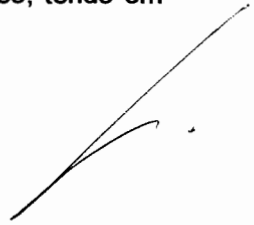
Requeru o impedimento do representado de integrar a mesa que apreciará o Plano de Trabalho, assim como a declaração de sua suspeição, determinando seu afastamento definitivo do processo de licenciamento ambiental do empreendimento "Centro de Tratamento de Resíduos Oásis", por motivos de parcialidade, interesse ou sentimento pessoal objetivamente demonstrados. Enfim, solicitou a apuração dos fatos narrados na representação, para fins de aplicação das penalidades disciplinares cabíveis.

Os autos foram encaminhados a Consultoria Jurídica, resultando nos Pareceres CJ/SMA nº 1073/2008 (fls. 66/72), nº 199/2009 (fls. 122/130) e nº 1044/2010 (fls. 192/204).

Os autos retornaram à Consultoria Jurídica e o Procurador do Estado, em parecer datado de 14 de dezembro de 2010, opinou pela perda do objeto, em relação ao pedido de suspeição, pois a representação foi efetuada em face do Conselheiro Carlos Alberto Haller Bocuhy, que não mais integra o CONSEMA (fls. 205/206), cabendo representação apenas em relação à aplicação das penalidades disciplinares cabíveis (Parecer CJ/SMA nº 1073/2008 - fls. 66/72).

Trouxe a informação de alteração recente na organização do CONSEMA, criando a Comissão Temática Processante e de Normatização, de caráter permanente, que substituiu as antigas Comissões Especiais Processantes, de caráter provisório.

Esclareceu que o Parecer CJ/SMA nº 1044/2010 opinou pela competência da Comissão Temática Processante e de Normatização para análise do caso, tendo em vista o disposto nas deliberações CONSEMA nº 06/1996 e nº 11/2010.



349  
2A


## 2. FUNDAMENTAÇÃO

Em relação às questões da suspeição, do impedimento e da exclusão, existe carência superveniente por falta de interesse de agir, tendo-se em vista o fato do Conselheiro Carlos Alberto Haller Bocuhy não mais integrar o quadro do CONSEMA, conforme o decreto de 16/09/10 do DOESP.

## 3. DELIBERAÇÃO

Diante do exposto, a Comissão Temática Processante e de Normatização propõe o arquivamento do presente processo pelas razões expostas na fundamentação.

São Paulo, 08 de setembro de 2011.

  
Daniel Smolentzov  
Relator  
Comissão Temática Processante e de Normatização